

n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, e no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, o seguinte:

1 — Fica o Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E. P. E. autorizado a assumir um encargo plurianual até ao montante de 1.486.390,50 EUR (um milhão, quatrocentos e oitenta e seis mil, trezentos e noventa euros e cinquenta cêntimos), a que acresce IVA à taxa legal em vigor, referente à aquisição de serviços de lavagem e tratamento de roupa.

2 — Os encargos resultantes do contrato não excederão, em cada ano económico, as seguintes importâncias:

2018: 299.637,45 EUR, a que acresce IVA à taxa legal em vigor;  
2019: 589.837,50 EUR, a que acresce IVA à taxa legal em vigor;  
2020: 596.915,55 EUR, a que acresce IVA à taxa legal em vigor.

3 — A importância fixada para cada ano económico poderá ser acrescida do saldo apurado no ano anterior.

4 — Os encargos objeto da presente portaria serão satisfeitos, por verbas adequadas do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E. P. E.

25 de maio de 2018. — O Secretário de Estado do Orçamento, *João Rodrigo Reis Carvalho Leão*. — 3 de maio de 2018. — A Secretária de Estado da Saúde, *Rosa Augusta Valente de Matos Zorrinho*.

311406811

## DEFESA NACIONAL

### Polícia Judiciária Militar

#### Despacho n.º 5842/2018

Considerando que a Lei n.º 97-A/2009, de 3 de setembro, define a Natureza, a Missão e as atribuições da Polícia Judiciária Militar, bem como os princípios e competências que enquadram a sua ação enquanto corpo superior de polícia criminal, auxiliar da administração da justiça;

Considerando que, no desenvolvimento daquela lei, o Decreto-Lei n.º 9/2012, de 18 de janeiro, determinou a estrutura orgânica da PJM e as competências da respetiva unidade orgânica nuclear e fixou o número de unidades orgânicas flexíveis;

Considerando que o lugar de chefe de Divisão da Unidade de Apoio Técnico e Administração (UATA), a que se refere o Despacho n.º 16580/2012, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 252, de 31 de dezembro de 2012, se encontra vago, por cessação de funções em regime de substituição do seu anterior titular;

Considerando que, face às múltiplas competências atribuídas à UATA, torna-se imprescindível e urgente assegurar o seu normal funcionamento;

Considerando que, o Mestre, Marco António Alves da Silva Ermidas, preenche os requisitos legais e possui o perfil e a necessária experiência e aptidão técnica para o exercício das funções inerentes ao cargo em apreço, conforme síntese curricular anexa:

1 — Nomeio, em regime de substituição, o Mestre Marco António Alves da Silva Ermidas, para exercer o cargo de chefe de Divisão da Unidade de Apoio Técnico e Administração, nos termos e ao abrigo do disposto nos números 1 e 2 do artigo 27.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual.

2 — O presente despacho de nomeação produz efeitos a 1 de junho de 2018.

30 de maio de 2018. — O Diretor-Geral da Polícia Judiciária Militar, *Luís Augusto Vieira*, Coronel.

#### Síntese curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: Marco António Alves da Silva Ermidas  
Data de nascimento: 09/05/1976  
Naturalidade: Cimo de Vila da Castanheira — Chaves

2 — Habilitações académicas:

2016: Pós-Graduação em Direito da Contratação Pública, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;  
2015: Mestrado em Direito, na especialidade Ciências Jurídico-Criminais, pela Universidade Autónoma de Lisboa;  
2007: Pós-Graduação em Direito da Defesa Nacional, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

2001: Licenciatura em Direito na vertente Ciências Jurídicas, pela Universidade Autónoma de Lisboa.

3 — Experiência profissional:

Desde 2018, Chefe dos Recursos Financeiros da Polícia Judiciária Militar em acumulação com funções no Gabinete Jurídico;

Desde 2015 até 2018, Técnico Superior na Polícia Judiciária Militar, onde desempenhou funções no Gabinete Jurídico — apoio à Direção e responsável pelas disciplinas de direito penal e processual penal no curso de investigação criminal;

Em 2015, Inspetor de Finanças na Inspeção-Geral de Finanças — controlo financeiro público;

Desde 2009 a 2015, Técnico Superior na Polícia Judiciária Militar, onde desempenhou funções no Gabinete Jurídico, com responsabilidade no apoio à investigação criminal, na contratação pública e na formação;

Desde 2008 a 2009, Coordenador de Emergência na Cruz Vermelha Portuguesa, Coordenador da Plataforma de Emergência n.º 3;

Desde 2004 a 2008, Investigador-Chefe, chefia da 5.ª Equipa de Investigação Criminal da Polícia Judiciária Militar;

Desde 2002 a 2004, Oficial do Exército português, em regime de contrato, Chefe da Secção de Justiça do Regimento de Lanceiros n.º 2.

Em 2002 cumpriu o serviço militar obrigatório.

4 — Formação profissional:

Auditor de Defesa Nacional;  
Advogado (com inscrição suspensa a seu pedido);  
Investigador Criminal;  
Competências pedagógicas de formador.

5 — Outra formação profissional relevante:

Curso de Gestão Civil de Crises;  
Curso sobre Criminalidade Económico-Financeira;  
Diploma de Especialização em Inspeção e Auditoria Financeira;  
Curso sobre Direito das Contraordenações;  
Curso sobre Feitura das Leis;  
Curso sobre Traumatologia Psicológica;  
Curso sobre Investigação de Crimes Violentos Contra as Pessoas;  
Curso Básico de Intervenção Tática em Espaços Confinados;  
Curso Tactical Training Advanced Police Training Course;  
Curso Geral de Segurança das Matérias Classificadas;  
Curso de Formação Avançada em Psicologia Judiciária e Ciências Forenses;  
Curso de Operações Humint;  
Curso sobre Seguidos e Vigilâncias;  
Curso de Imobilizações Táticas Policiais;  
Módulo de Investigação Criminal, sobre Falsificações, Burlas, Peculato, Corrupção, Furto e Roubo;  
Módulo de Investigação Criminal sobre, Revistas, Buscas, Entrevista, Interrogatório e Tráfico de Estupefacientes.

6 — Condecorações e Louvores:

Medalha da Defesa Nacional, de 3.ª classe,  
Público louvor concedido pelo Comandante do Regimento de Lanceiros n.º 2;  
Público louvor concedido pelo Diretor-Geral da Polícia Judiciária Militar (2007);  
Público louvor concedido pelo Diretor-Geral da Polícia Judiciária Militar (2013).

311399758

## JUSTIÇA

### Direção-Geral da Administração da Justiça

#### Aviso (extrato) n.º 7986/2018

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, reunidas as condições previstas, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 99.º-A, aditado à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, pelo artigo 270.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e obtido o parecer favorável de Sua Excelência a Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, por Despacho de 2017/06/01 (delegação de competências conferida pelo Despacho n.º 977/2016 da Senhora Ministra da Justiça, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 13, de 20 de janeiro de 2016), e de Sua Excelência a Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público, por Despacho

n.º 235/2018-SEAP, de 2018/03/02, foi determinado por despacho do Senhor Subdiretor-Geral da Administração da Justiça de 2018/04/19, por delegação, a consolidação definitiva da mobilidade intercarreiras, para a carreira/categoria de técnica superior, da assistente técnica Carla Susana da Costa Santos Moita, no mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração da Justiça, ficando posicionada na 2.ª posição remuneratória, e no nível remuneratório 15.º da tabela remuneratória única, a que corresponde a remuneração de 1201,48 €, com efeitos a 1 de janeiro de 2018.

4 de junho de 2018. — O Diretor de Serviços, *Lourenço Torres*.  
311398956

#### Aviso (extrato) n.º 7987/2018

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), conjugado com o n.º 1 do artigo 45.º e no artigo 46.º da LTFP, torna-se público que por despacho do Senhor Subdiretor-Geral da Administração da Justiça de 17.04.2018, por delegação, foi homologada após conclusão com sucesso, a avaliação final do período experimental da Mestre em Direito, Raquel Sofia Gouveia Luciano, na carreira e categoria de técnico superior, na sequência de celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a Direção-Geral da Administração da Justiça, para ocupação de um posto de trabalho no respetivo mapa de pessoal, sendo a remuneração correspondente à 2.ª posição remuneratória e nível 15 da tabela remuneratória única.

4 de junho de 2018. — O Diretor de Serviços, *Lourenço Torres*.  
311399247

#### Aviso (extrato) n.º 7988/2018

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), conjugado com o n.º 1 do artigo 45.º e no artigo 46.º da LTFP, torna-se público que por despacho do Senhor Diretor-Geral da Administração da Justiça de 22.05.2018, foi homologada após conclusão com sucesso, a avaliação final do período experimental de Maria José Antunes Pereira, na carreira e categoria de assistente técnica, na sequência de celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a Direção-Geral da Administração da Justiça, para ocupação de um posto de trabalho no respetivo mapa de pessoal, sendo a remuneração correspondente à 6.ª posição remuneratória e 11.º nível remuneratório da tabela remuneratória única.

4 de junho de 2018. — O Diretor de Serviços, *Lourenço Torres*.  
311398501

### Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

#### Aviso (extrato) n.º 7989/2018

Nos termos do disposto na alínea *d*), do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que cessaram funções, no Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., os seguintes trabalhadores integrados na carreira de assistente operacional, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado:

Nome	Data de cessação de funções	Motivo
Maria da Encarnação Vicente Félix Gomes.	01.04.2018	Reforma por velhice — art.º 292.º, da LTFP aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.
Maria Cândida Vareiro Marques	12.04.2018	Reforma por velhice — art.º 292.º, da LTFP aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.
Maria de Fátima de Sousa Alves Gomes.	01.05.2018	Reforma por velhice — art.º 292.º, da LTFP aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

Nome	Data de cessação de funções	Motivo
Joaquim de Jesus Gomes . . .	01.05.2018	Reforma por velhice — art.º 292.º, da LTFP aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

10 de maio de 2018. — O Presidente do Conselho Diretivo, *José Ascenso Nunes da Maia*.

311384059

#### Aviso (extrato) n.º 7990/2018

Nos termos do disposto na alínea *d*), do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que cessaram funções, no Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., as seguintes trabalhadoras integradas na carreira de assistente operacional, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado:

Nome	Data de cessação de funções	Motivo
Maria de Fátima Sousa Machado.	03.12.2017	Denúncia de contrato — art.º 304.º, da LTFP aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.
Maria Lucinda dos Prazeres Ferreira Pais.	10.12.2017	Reforma por velhice — art.º 292.º, da LTFP aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.
Ana Júlia Mestre Cola . . . . .	25.12.2017	Reforma por velhice — art.º 292.º, da LTFP aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

10 de maio de 2018. — O Presidente do Conselho Diretivo, *José Ascenso Nunes da Maia*.

311384131

#### Despacho (extrato) n.º 5843/2018

Nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e do n.º 2 do art.º 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por despacho de 17.05.2018, foi autorizada, nos termos previstos nas alíneas *a*) a *d*) do n.º 3 do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, a consolidação definitiva da mobilidade na carreira/categoria de técnico superior do mapa de pessoal do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., do Lic. Nuno Miguel Mateus Flores Mendes, técnico superior do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., mantendo a mesma posição e nível remuneratórios da situação jurídico-funcional de origem, com efeitos a contar de 01.06.2018. (Não carece de visto do Tribunal de Contas)

21 de maio de 2018. — O Presidente do Conselho Diretivo, *José Ascenso Nunes da Maia*.

311398064

## CULTURA

### Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P.

#### Regulamento n.º 365/2018

Ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 5.º e do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 25/2018, de 24 de abril, o Conselho Diretivo do Instituto do Cinema e do Audiovisual, ICA, I. P., aprovou, por deliberação de 29 de maio de 2018, o Regulamento relativo às Despesas Elegíveis, referente aos Concursos de apoio financeiro a promover por este Instituto no ano de 2018.

Para os devidos efeitos, publica-se em anexo o referido Regulamento, que entra em vigor no dia 30 de maio de 2018, data da publicação no sítio da internet do ICA.